

ELEMENTOS PARA UMA RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DE NOSSA CORRENTE

Breve histórico do anarquismo de matriz Especifista no Brasil

Os dez anos de Fórum do Anarquismo Organizado (FAO) estão sendo comemorados com a fundação da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), reunindo em torno do anarquismo especificista nove organizações estaduais e mais outras, que vêm se aproximando e aprofundando progressivamente os laços orgânicos conosco.

Nesse texto, trazemos uma primeira contribuição, com alguns elementos para uma reconstituição histórica de nossa corrente, ou seja, o anarquismo de matriz especificista, no Brasil.

Esperamos que outras contribuições possam ajudar a incrementar ou, eventualmente, corrigir as informações que aqui se apresentam.

REARTICULAÇÃO E CONTATO COM A FAU

A abertura política do fim da ditadura militar permitiu que voltassem à cena alguns anarquistas e que novos interessados se aproximassem.

Essa rearticulação se deu, fundamentalmente, em torno de periódicos, publicações, espaços públicos e debates, todos pautados em uma noção organizativa de síntese, com o objetivo de agrupar todos aqueles que se identificassem com a proposta anarquista – posição que preponderou no Brasil, pelo menos até os anos 1990. Era o momento, segundo acreditava a militância daquela época, de retomar os contatos, rearticular pessoas, reconstruir o anarquismo.

Podemos citar algumas iniciativas marcantes do anarquismo dos anos 1980. A mais antiga, do jornal *Inimigo do Rei*, da Bahia (1977-1988), serviu para trazer, ainda nos fins dos anos 1970, a discussão pública do anarquismo. Outra dessas experiências foi o *Círculo de Estudos Libertários (CEL)*, do Rio de Janeiro, que contou com a participação decisiva de Ideal Peres que, nos anos 1980, integrou a Associação dos Moradores e Amigos do Leme para desenvolver trabalhos comunitários com o Morro Chapéu Mangueira e que estimulou a criação de outros grupos como o Grupo Anarquista José Oiticica e a revista *Utopia* (1988-1992). Destaca-se também a Editora *Novos Tempos*, de Brasília, com as publicações realizadas no período e as palestras promovidas por ela em todo o Brasil com o francês Jean Bancal sobre as idéias de Proudhon. Outra iniciativa relevante foi a reabertura do Centro de Cultura Social de São Paulo (CCS-SP), em 1985, contando com a participação de militantes como Antônio Martinez, que possuía um passado de envolvimento com a luta sindical, e Jaime Cubero, que se envolveu na reativação da Confederação Operária Brasileira (COB), outra iniciativa relevante desse período. Sobre a COB, Cubero afirmou: “mesmo durante o período de ditadura chegávamos a encontrarmo-nos cerca de 90 pessoas [...] na clandestinidade, mas conseguíamos resistir”; ainda assim, a iniciativa não teve muito sucesso. Foi neste período, também, que os anarquistas voltaram a comemorar os Primeiro de Maio. Enfim, tratou-se de um período de reaparecimento público do anarquismo no país e de uma tentativa de “juntar os cacos” e começar a articular alguma coisa.

A militância que organizaria o especificismo, na segunda metade dos anos 1990, teve contato com algumas dessas experiências; umas delas geraram mais admiração e, outras, mais críticas. Por um lado, o contato com experiências organizativas e concepções distintas motivava a criação de uma nova proposta de anarquismo. Por outro, as relações com militantes mais antigos proporcionava, para alguns, um ganho de experiência que seria fundamental posteriormente. Destaca-se também, ainda no início dos anos 1990, uma experiência local relevante, do Grupo Mutirão, do Rio de Janeiro, que publicou um periódico de mesmo nome, e já vinha apontando para a necessidade de um anarquismo organizado e com inserção social. Com a participação de seus militantes em alguns movimentos populares, em especial na luta pela terra, o Mutirão afirma em 1991:

“Nós anarquistas voltamos a afirmar: o socialismo se constrói pela ação popular direta, pela livre organização comunitária que prepara e educa a população a se tornar capaz de cuidar de si livremente, sem hierarquias e nem centralização de poder em nenhuma capital, mas em

comunidades livres e federadas. [...] Nossa briga é pela tomada das terras, máquinas e serviços para as mãos do povo. A partir daí, os trabalhadores que construam o socialismo segundo a mais simples das teorias: a solidariedade.”

Tratava-se, para esses militantes de articular esse trabalho comunitário com as iniciativas sindicais e dar um caráter social, de luta com os movimentos populares ao anarquismo. Não estava muito claro, entretanto, como isso deveria ser realizado.

Em 1994, foram feitos os primeiros contatos com a Federação Anarquista Uruguaia (FAU), no fim do ano, com a viagem de um companheiro ao país. Tais relações se aprofundaram durante o ano de 1995 com o Rio Grande do Sul, culminado na fundação da Federação Anarquista Gaúcha (FAG), em novembro daquele mesmo ano. Essas relações com a FAU, que se estabelecem de maneira bastante fraterna, se estreitaram ao longo do tempo. Entre os brasileiros, o modelo da FAU chamava muito a atenção por defender e praticar um anarquismo militante, combativo e organizado, que se refletia em sua própria história de luta. Desde os anos 1950, a FAU vinha tendo participação cotidiana nas lutas populares uruguaias, no seio de movimentos de massa de relevância e desenvolvendo posições interessantes acerca da organização específica anarquista. Essa luta, suprimida durante o recrudescimento da ditadura uruguaia, responsável pela morte de vários militantes da organização, havia incluído, inclusive, uma participação na luta armada contra a ditadura.

O modelo especificista adotado pela FAU defendia uma concepção determinada de organização política revolucionária, a organização específica anarquista, que chamou a atenção dos militantes brasileiros e foi parecendo cada vez mais adequado para essa retomada pretendida dos laços sociais entre o anarquismo e os movimentos populares. Ao tratar dessa concepção de organização anarquista, a FAU afirma

“ser uma expressão política dos interesses das classes dominadas, exploradas e oprimidas; e, colocando-se a serviço delas, aspira ser um motor das lutas sociais. Um motor que nem as substitui e nem as representa. Mas que pretende dinamizá-las e organizá-las, contribuir para a superação do aspecto meramente espontâneo, transcender os vaivens da conjuntura e assegurar a continuidade das rebeldias, das lutas cotidianas, das expectativas, aspirações, etc. Para nós, a organização política é também o âmbito em que se vai acumulando a experiência de luta popular, tanto em nível nacional como internacional. Uma instância que impede que se dilua o saber que os explorados e os oprimidos vão adquirindo com o tempo. [...] É a partir do trabalho militante organizado, e somente a partir dele, que se pode promover coerentemente e com força redobrada a criação, o fortalecimento e a consolidação das organizações populares de base, que constituem os núcleos do poder popular revolucionário.”

Tratava-se de um modelo inspirador, que poderia canalizar as energias latentes entre alguns brasileiros, em torno da necessidade de uma atuação sindical e comunitária, por meio de uma experiência concreta desconhecida à grande maioria dos brasileiros. Ao mesmo tempo organizar-se no nível social, dos movimentos populares, e no nível político, da organização anarquista.

CONSTRUÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA

No Brasil, estiveram à frente das relações com a FAU “diversos grupos que buscavam um anarquismo com raízes populares e de característica militante-combativa-coletiva-organizada”, permitindo um aprofundamento dos laços e o surgimento da proposta da Construção Anarquista Brasileira entre os fins de 1995 e o início de 1996. A proposta foi apresentada no Brasil por meio de um documento intitulado “Luta e Organização: pela Construção Anarquista Brasileira”; concebido pela militância brasileira que atuava no Uruguai, esse documento foi escrito em maio de 1996 e difundido no período posterior para os brasileiros, com ajuda dos contatos daqueles que recebiam o informativo Libera, editado desde 1991 pelo Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres (CELIP), no Rio de Janeiro – com a morte de Ideal Peres, em 1995, o CEL modifica de nome, incluindo essa homenagem a seu fundador.

A idéia da “Construção”, como ficou conhecida, era criar, no curto prazo (de 1996 a 2001) “instâncias específicas do anarquismo como força política organizada” em nível local, micro-regional e estadual, com o objetivo de constituir, no longo prazo, uma organização anarquista em nível nacional.

Para isso, o documento sugere duas dimensões para a força política organizada dos anarquistas: o grupo orgânico – estrutura simples com poucos militantes, funcionando como embrião de uma organização – e a organização anarquista – com maior número de militantes, instâncias internas, e capacidade de se potencializar. Nos dois casos, seria necessário buscar uma estratégia de crescimento militante e o aprofundamento de raízes nos movimentos populares, criando em comum: “método, conceitos, dinâmica interna, programa, plataforma, projeto, processo instâncias, trabalho coordenado, estratégia, estilo, sempre adequados à realidade de cada lugar”.

Além de lançar a proposta da Construção, “Luta e Organização” tinha como objetivo apresentar as bases para a criação dos grupos orgânicos e organizações anarquistas e, para isso, colocava as propostas dos seguintes princípios: participação, livre acordo, apoio mútuo, autogestão, federalismo, internacionalismo, ação direta, autodefesa e posição classista. O estabelecimento desses princípios, além de ter relação com os princípios da FAU, fundamentou-se em uma apostila produzida pelo grupo Semente Libertária, do Rio de Janeiro, em 1994. O documento passa pela história das lutas sociais do Brasil e realiza uma análise de conjuntura da época. Apresenta, em seguida, a idéia da Construção, introduzindo o método do grupo orgânico com definições, divisões internas de tarefas, infra-estrutura básica, instâncias internas, orientações sobre inserção social, lutas, movimentos populares e processo revolucionário, discussões sobre teoria revolucionária e ideologia anarquista, discutindo a relação entre os grupos e movimentos sociais, as frentes de inserção e crescimento orgânico, as redes de apoio e o compromisso militante. Tentava-se, na realidade, promover o anarquismo da FAU, conhecido por especificismo, adaptando-o à realidade brasileira.

As relações com a FAU e a difusão da proposta da Construção no Brasil estimularam o desenvolvimento organizativo no país. Além da criação da FAG, no Rio Grande do Sul, em 1995, várias outras iniciativas se desenvolveram nesse período: em São Paulo, a fundação do núcleo Vermelho e Negro e, com a incorporação de militância de outras cidades, a conformação da Organização Socialista Libertária (OSL) de São Paulo; no Rio de Janeiro, a articulação de militantes do grupo Mutirão e o próprio rumo dos debates do CELIP; houve ainda a aproximação de individualidades e grupos dos estados Paraná, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso e Pará, alguns dos quais tinham estado envolvidos na tentativa de reativação da COB.

ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA LIBERTÁRIA

Com o desenvolvimento de grupos e organizações nestas localidades, surge, em 1997, a despeito do planejamento que previa uma organização anarquista nacional para o “longo prazo”, a Organização Socialista Libertária (OSL), que “nasce como o primeiro fruto do processo da Construção Anarquista Brasileira” e é “resultado de dois anos de muita discussão, nos quais [sua] prática ganhou consistência e amadureceu”, segundo afirmavam seus próprios militantes. Os grupos do Rio Grande do Sul, São Paulo, Pará e Rio de Janeiro tornaram-se núcleos da OSL, agregando também individualidades da Bahia, do Mato Grosso, de Goiás e do Distrito Federal.

A OSL defende abertamente as posições do anarquismo da FAU, e tenta tornar realidade a proposta organizativa de “Luta e Organização”. Defende um anarquismo “como algo vivo e atual, capaz de responder aos problemas sociais de nossa classe”, e coloca, também inspirada nos uruguaios, que isso só poderia ser alcançado pela prática da inserção social e do trabalho de base, realizados pelas frentes da organização anarquista, e das posições classistas que a posicionam junto às lutas cotidianas dos mais diversos sujeitos e nos mais diversos setores populares. Um dos núcleos da OSL afirma em 1997:

“Para nós, é essencial a prática, e isso significa atuação, inserção social e trabalho de base com sindicatos, associações de moradores de bairro, cooperativas, centros acadêmicos e grêmios estudantis. [...] Dentro de nossa concepção, o anarquismo não pode ficar só na crítica, na análise ou na propaganda, ele deve, sobretudo, saber propor soluções atuando. [...] Trata-se, pois, de encontrarmos soluções concretas para as lutas do dia-a-dia de nossa classe. Seja nos sindicatos (rurais ou urbanos), nos movimentos populares, estudantis, por meio da ação direta em todos os níveis, tendo em vista perspectivas de curto, médio e longo prazo, relacionando-as sempre com as estratégias, táticas e métodos de atuação nas seguintes frentes: o movimento estudantil, o

movimento sindical/operário, os movimentos populares (bairro, sem-teto, etc.) e o movimento sem-terra.”

A carta aprovada na fundação da OSL, evento que teve presença de delegação da FAU, sustenta um modelo de “organização política anarquista federalista, de estrutura horizontal”, cuja atuação se daria “fora das instâncias da democracia representativa burguesa”; seria uma organização com caráter de minoria ativa, “atuando e propondo suas idéias por dentro dos variados movimentos e tendências de classe na qual se insere e, nunca de fora ou de cima, visando sempre imprimir um caráter combativo e revolucionário a estes” e defendendo o socialismo libertário como objetivo finalista.

A OSL existiu de 1997 até 2000 e, neste período, realizou uma série de trabalhos internos – como congressos, conselhos, formação política, discussões orgânicas – e externos, de trabalho social – que incluíram: trabalhos comunitários, estudantis, reciclagem e catação de material reciclável, lutas por terra, por teto e participação em cooperativas. Funda-se, nesse ínterim, no Rio de Janeiro, o Laboratório de Estudos Libertários (LEL) que, além da edição da revista Ruptura, desenvolve alguns trabalhos práticos no movimento social. Os anarquistas envolvidos com a OSL participam e impulsionam vários encontros estudantis, dentre os quais se destaca o Encontro Nacional de Tendências.

OS AGRUPAMENTOS DE TENDÊNCIA – RESISTÊNCIA POPULAR

Deve-se destacar, também, a fundação da Resistência Popular (RP), em janeiro de 1999, impulsionada pelos anarquistas especificistas. A RP, um agrupamento de tendência – colocando-se entre as organizações políticas e os movimentos de massa – tem, no momento de sua constituição, o objetivo de agregar militantes de distintas ideologias, a partir de uma afinidade metodológica, para o trabalho de base nas frentes sindical, comunitária e estudantil.

Uma das reflexões críticas internas à OSL, era sobre a necessidade de se pontencializar de maneira mais eficaz o trabalho de inserção social e a RP surge como um instrumento organizativo capaz de agregar os anarquistas e outros setores da esquerda autônoma e combativa, em torno de princípios comuns – classismo, ação direta, não participação na representação democrática burguesa, federalismo, solidariedade de classe, poder popular e orientação revolucionária – para o aprofundamento do trabalho de base. Era necessário criar novos movimentos e ingressar em outros, conseguindo potencializar a proposta libertária para intervenção social. A RP, por isso, adota um discurso classista para mobilização no nível social: “por sentir que esta sociedade é injusta do jeito que está, por ter a necessidade de lutar pela própria vida é que existe resistência por parte de muita gente do povo [...], por saber que somente resistindo e lutando teremos uma vida digna é que existe a Resistência Popular”.

O projeto nacional dessa tendência se difunde pelo Brasil, conseguindo agregar militância no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Pará e ter alguma atuação no Mato Grosso e em Goiás.

Esta iniciativa, na realidade, também tinha influência da estratégia da FAU, que tratou do tema dos agrupamentos de tendência nos anos 1970 e assim a definiu:

“Participar da tendência supõe aceitar um conjunto de definições que podem ser compartilhadas por companheiros de diversas extrações ideológicas, mas que já entranham certas exclusões (a dos reformistas, por exemplo), imprescindíveis quando se procura um mínimo de verdadeira coerência operativa. [...] Dá a necessidade dos setores mais conseqüentemente combativos, os que chegaram a uma compreensão maior das exigências atuais, agrupem-se e unam-se em outro nível: a tendência. [...] Suas possibilidades transbordam o marco da atividade exclusivamente sindical. Há muita gente nos bairros que não está compreendida nos quadros sindicais, mas que está disposta para o combate, que se organiza para lutar. [...] [A tendência deve abrir] possibilidades concretas para que participem na luta todos os que estejam dispostos a ela. Estejam ou não filiados a um sindicato. Trabalhadores de fábricas ou oficinas não sindicalizados, estudantes do lugar, desempregados, donas de casa devem ter a possibilidade de participar no combate.”

A RP, com esse intuito de reunir setores populares afins e aprofundar o trabalho e a inserção social, constituiu o principal esforço militante dos anarquistas especificistas brasileiros no período que vai de 1999 a 2002, quando as organizações anarquistas receberam menos atenção e o foco foi completamente direcionado à mobilização popular e ao trabalho de base.

FÓRUM DO ANARQUISMO ORGANIZADO

Nos anos 2000, o especificismo no Brasil teve outros marcos. No âmbito nacional, pode-se destacar a formação do Fórum do Anarquismo Organizado (FAO), em 2002, com base na “necessidade de construir uma Organização/Partido anarquista de abrangência nacional”.

O FAO é uma seqüência do processo organizativo iniciado com a Construção Anarquista Brasileira, que cumpriu uma etapa entre os anos de 1995 e 2000, incluindo a experiência da OSL nacional. Na realidade, a experiência da OSL terminou sendo analisada como algo precipitado pelos anarquistas organizados, que realizaram a autocrítica de que a “casa” tinha começado a ser construída “pelo telhado”.

No nível social, a própria criação da RP em 1999 demonstra a necessidade de aprofundamento do trabalho de base e da inserção social para o projeto anarquista. A ênfase dada à RP e o fim da OSL refletem essa autocrítica e, com o processo da RP fortalecido, começa-se a discutir, novamente a possibilidade de recomeçar uma construção nacional, mas dessa vez, a partir da base, dos fundamentos. No nível político, a militância acreditava ser necessário agregar mais pessoas ao processo, criar novos grupos, novas organizações.

Para isso, a fundação do FAO constitui o consenso de se dar alguns passos atrás e agregar a militância em torno de dois eixos fundamentais: organização e inserção social; trata-se de uma tentativa de afastar anarquistas individualistas, anti-organizacionistas e contrários aos trabalhos nos movimentos populares e iniciar um diálogo mais franco com aqueles que viam a necessidade de se articular politicamente para um trabalho social de relevância. Além de agregar essa militância, o FAO se propôs: estimular o debate sobre anarquismo organizado no Brasil, apontando para a construção de uma organização nacional; apoiar a formação de grupos anarquistas; aproximar e articular estes grupos; trabalhar a luta nos diferentes níveis e frentes; articular o anarquismo brasileiro com outras organizações, especialmente na América Latina.

“O FAO se constituiu tendo como foco e razão de ser uma presença desta militância nos movimentos sociais de base, seja estudantil, seja sindical, seja popular-comunitário. Assim sendo, ‘organização e inserção social’ foram pontos de partida, um marco divisório inicial para passar a régua, agregar e construir com aqueles que entendiam estas necessidades e a partir daí avançar para novos desafios, e portanto, jamais foi encarado como ponto de chegada. [...] Agregando grupos e organizações com graus distintos de experiência acumulada no anarquismo e nos movimentos de base, o FAO entende que a busca do afinamento político entre os grupos, passa pelo afinamento de suas militâncias sociais e de sua construção teórica. A afirmação de que anarquismo é luta, passa pela necessidade de construir uma organização anarquista com base na unidade teórica e de ação, construídas a partir de uma organização interna com base no federalismo político e na responsabilidade coletiva. Esses pontos, que tocam mais o problema de organização e seu funcionamento, são basilares e já indicam um caminho bem delineado para uma construção mais ampla. Este é o objetivo pelo qual o FAO se move, ou seja, o de construir uma organização revolucionária anarquista atuante nas lutas. Revolucionária não por auto-proclamação, e sim por se pautar pela construção da revolução social, colocando sua atuação militante nos movimentos sociais de base sob esta estratégia finalista, sem deixar de fazer, evidentemente, a análise necessária da realidade histórica e sua conjuntura.”

O FAO foi fundado em 2002, em um encontro em Belém, no Pará, e cumpre agora seus dez anos, em 2012, comemorados com o congresso de fundação da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), que representa um ganho significativo de organicidade. De acordo com o projeto inicial do FAO, era necessário começar as discussões em torno dos eixos organização e inserção social e avançar. Entre fluxos e refluxos, o FAO conseguiu realizar essa discussão e, nos últimos anos vêm preparando esse crescimento orgânico.

O primeiro passo mais concreto nesse sentido foi a reaproximação levada a cabo, durante os anos de 2009 e 2010, que contou com a intervenção e a participação de inúmeros companheiros para superar um impasse gerado por um conflito de 2003, responsável por separar o especificismo do Brasil em duas “correntes” que, até esse momento, desenvolviam-se em paralelo. Por um lado, o próprio FAO, e as organizações que dele faziam parte. Por outro, a FARJ e, mais a frente, as organizações que surgiram

com seu apoio e influência. A solução desse problema foi fundamental para que se conseguisse retomar os contatos, resolver as diferenças, solucionar os problemas antigos e partir, em 2010, para a unificação do processo nacional.

O segundo passo foi a mudança nos princípios do FAO, aprovada em 2010, quando os eixos organização e inserção social são aprofundados.

“Após intensas discussões, deliberamos que deveríamos dar um salto qualitativo e ir além dos dois eixos propostos anteriormente: a organização e a inserção social. Entendendo que eles já estão incorporados em nossos grupos e organizações e que a questão da organização e da inserção social não são mais tão polêmicas nos meios anarquistas – e a atuação dos grupos e organizações e do próprio FAO contribuíram significativamente para isso –, decidimos dar mais um passo para a construção de uma organização de âmbito nacional, que sempre foi um de nossos objetivos. O passo seguinte é, para nós, aprofundar a organicidade, e foi assim que decidimos adotar o especificismo, como forma de organização anarquista para os grupos e organizações do FAO, estabelecendo princípios políticos e ideológicos que definem, em nossa concepção, tanto o anarquismo, como essa opção organizativa. Com esse objetivo, o Encontro Nacional reformulou a definição do FAO (ainda que ele continue sendo um fórum), estabeleceu seus princípios, assim como a estratégia a ser defendida, e reviu seus compromissos. Abaixo seguem as resoluções do Encontro em torno desses temas.”

Decide-se pela adoção do especificismo, caracterizado por um conjunto de princípios e uma estratégia geral, consolidada em 2010 pelo conjunto de organizações do FAO.

O terceiro passo foi a discussão ampla, com praticamente um ano de intensas discussões, para a aprovação de uma Carta Orgânica, que regularia o funcionamento do FAO e permitiria um aprofundamento orgânico, prevendo direitos e deveres para o conjunto dos participantes dessa instância organizativa nacional.

Um quarto passo, paralelo à discussão da Carta Orgânica, constitui-se com o aprofundamento orgânico político e social. Estabelece-se um colegiado das organizações do FAO, com reuniões deliberativas periódicas a partir de delegações de base. Realizam-se visitas e reuniões periódicas entre as organizações, que permitem uma aproximação nas relações e um ganho para o projeto nacional. Busca-se fortalecer a formação política, com a realização de seminários locais, e a integração dos trabalhos sociais, com informes constantes e o início do estabelecimento de coordenações mais amplas para o trabalho de base em nível nacional.

Um quinto passo, estabelecido no início de 2012, foi a deliberação para os trabalhos que teriam de ser realizados no intuito de fundar a CAB, em junho desse mesmo ano.

Durante uma década de FAO, muitas coisas aconteceram.

No nível político, o Brasil presenciou a fundação de grupos e organizações que permaneceram no fórum, ou mesmo em seu entorno durante alguns anos. Destacam-se o Coletivo Anarquista Luta Libertária, de São Paulo, fundado em 2001, inicialmente em torno de uma proposta editorial e depois avançando para a construção de uma organização política que se conformou, em 2006, na Organização Socialista Libertária, deixando de existir algum tempo depois; a fundação, em 2001, no Pará, da Federação Anarquista Cabocla; a fundação, em 2002, do Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares, em Alagoas, que a partir de 2005 se juntou ao FAO; a fundação, no Rio de Janeiro, em 2003, da Federação Anarquista do Rio de Janeiro que, a partir de 2010 integrou o FAO; a fundação da Federação Anarquista Insurreição / União Popular Anarquista, no Rio de Janeiro, também em 2003, que permaneceu por pouco tempo no FAO e se desvinculou por divergências; a fundação, na Bahia, em 2005 do grupo Vermelho e Negro, e em Goiás, em 2006, do Coletivo Pró-Organização Anarquista de Goiás, ambos os quais permaneceram no FAO por algum tempo; a fundação, em 2006, do Rusga Libertária e sua integração subsequente ao FAO; outras iniciativas também aparecem nestes e em outros estados. A partir de 2006, o jornal Socialismo Libertário passa a ser o veículo nacional do FAO, continuando até o presente. A partir de 2008, desenvolvem-se iniciativas incentivadas pelo processo da FARJ: surge, em 2008, no Ceará, a Organização Resistência Libertária e, em 2009, em São Paulo a Federação Anarquista de São Paulo, que, posteriormente, troca de nome para Organização Anarquista

Socialismo Libertário, e ingressa no FAO em 2011; incentivam-se, também, iniciativas em Santa Catarina, que desembocarão na fundação do Coletivo Anarquista Bandeira Negra, em 2011, e no Paraná, que culminarão na fundação do Coletivo Anarquista Luta de Classe, em 2010. Surge também um processo em Pernambuco, que contará com a fundação do Coletivo Anarquista Núcleo Negro, em 2012. Aproximam-se, durante o processo, o Coletivo Mineiro Popular Anarquista, de Minas Gerais, e um grupo do Espírito Santo; em Alagoas, o Coletivo Libertário Delmirensense aproxima-se do CAZP; o COPOAG de Goiânia se rearticula; na Bahia, o Coletivo Anarquista Ademir Fernando inicia os contatos com o FAO. Durante esses dez anos, realizaram-se encontros anuais em vários estados do Brasil.

No nível social, os trabalhos são inúmeros: a criação ou o fortalecimento de organizações que possuem participação determinante dos anarquistas, como os agrupamentos de tendências – Resistência Popular (RS, AL, MT), Organização Popular (RJ), Organização Popular Aymberê (SP), entre outros; a participação na organização do Encontro Latino-Americano de Organizações Populares Autônomas (ELAOPA); participação no movimento sindical, com atuação na Intersindical e em diferentes sindicatos; trabalhos comunitários distintos, com espaços relevantes que possuem intervenção anarquista, como o Centro de Cultura Social no Rio de Janeiro, os Comitês de Resistência Popular no Rio Grande do Sul, a sede da Resistência Popular em Alagoas; a participação em movimentos sociais urbanos, como sem-teto, desempregados, lutas pelo transporte, catadores de material reciclável, rádios comunitárias; participação em movimentos agrários, de luta pela terra, cooperativas. Apesar de um trabalho modesto, a lista é significativa.

A CAB E O ANARQUISMO ESPECIFISTA

O especificismo anarquista, desde seu surgimento no Brasil nos anos 1990, vem ganhando maturidade e caminhando em sentido organizativo. Conseguiu encontrar seus referenciais históricos, vem reinserindo o anarquismo no campo da luta de classes e superando seus próprios problemas gerados a partir de elaborações teóricas e práticas que vêm exigindo significativo envolvimento da militância.

O congresso de junho de 2012 e sua própria preparação prévia contribuirão para os ganhos do próximo período. Em nível político, a constituição de uma coordenação nacional, com nove estados sendo integrados e com outros em processo de articulação. Continua a edição do jornal Socialismo Libertário e se inicia a publicação de uma revista de mesmo nome. Aprofunda-se a formação política, as relações (dentro e fora do Brasil), a organização e a propaganda. Aprofunda-se a discussão de conjuntura e de programa. Em nível social, se estreitam os contatos entre as frentes de trabalho social e se discutem caminhos comuns para a intervenção nos movimentos populares.

Acreditamos que a CAB cumprirá sua tarefa de servir como um caminho para a construção de uma organização nacional do anarquismo especificista.

Nossas expectativas em relação ao futuro são as melhores possíveis!

Viva a CAB!

Viva o anarquismo especificista!

Organização Anarquista Socialismo Libertário (OASL)

Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ)

São Paulo, Rio de Janeiro, 2012.

Fonte: <http://www.anarkismo.net/article/23068>